

**Ata da Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças – APAF
Maio 2020**

1 Ao trigésimo dia do mês de maio de dois mil e vinte, às nove horas e quinze minutos,
2 Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) deu início à Assembleia das Políticas,
3 da Administração e das Finanças (Apaf), extraordinária e realizada em formato virtual.
4 Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) saúda a todas¹ e avisa que a reunião
5 está sendo gravada, e que a permanência na reunião implica na aceitação dessa gravação,
6 abrindo formalmente os trabalhos. A delegada registra que a conferência de quórum foi
7 feita anteriormente pelos servidores do Conselho Federal de Psicologia, conforme cada
8 uma das delegadas se conectavam à reunião, e antes do início da reunião foi feita a
9 checagem dos faltantes. Ela informa que ao iniciar, o quórum era de cinquenta
10 delegadas. Ana Sandra procede à leitura de algumas orientações e avisos para o bom
11 andamento da reunião. Ela relembra que essa assembleia é extraordinária e foi
12 convocada para discutir dois pontos específicos, que necessitam de deliberação urgente,
13 pois possuem prazos legais a serem cumpridos, e que não existe a possibilidade de
14 adicionar pontos à pauta no decorrer da assembleia, conforme já acordado com todos os
15 regionais anteriormente. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) registra que
16 o tempo de fala será o indicado no Regimento da APAF, de três minutos cada, e que os
17 servidores técnicos do CFP farão esse controle. Ana Sandra informa ainda que não
18 haverá eleição de uma mesa diretora, por se tratar de uma APAF virtual, e que as funções
19 de controle de entrada de participantes, controle de inscrições de fala, bem como
20 controle de tempo de fala e testes de microfone serão feitos pela equipe técnica do CFP.
21 Ana Sandra registra que mais três delegadas se conectaram à reunião durante o discurso
22 de abertura, totalizando neste momento o quantitativo de cinquenta e três delegadas. Ana
23 Sandra informa que neste momento estão faltando apenas duas delegadas, Jureuda
24 Guerra do CRP-10 e Silmara de Souza Dias do CRP-20. **Ponto 1: TETO DAS**
25 **ANUIDADES - ANO 2021.** Participaram do ponto: CRP-01: Rafael Gonçalves de
26 Santana e Silva e Thessa Guimarães; CRP-02: Alda Roberta Lemos C. Boulitreau,
27 Larissa de Melo Farias e Norma Maria de Sousa Cassimiro; CRP-03: Emmila Di Paula
28 Carvalho dos Santos, Mailson Santos Pereira e Renan Vieira de Santana Rocha; CRP-
29 04: João Henrique Borges Bento, Lourdes A. Machado e Yghor Queiroz Gomes; CRP-
30 05: Achilles Miranda Dias, Mônica Valéria Affonso Sampaio e Pedro Paulo Gastalho de
31 Bicalho; CRP-06: Beatriz Borges Brambilla, Ivani Francisco de Oliveira e Rodrigo
32 Toledo; CRP-07: Ana Luiza de Souza Castro, Fabiane Konowaluk Santos Machado e
33 Pedro José Pacheco; CRP-08: Célia Mazza de Souza, Pedro Braga Carneiro e Renata
34 Campos Mendonça; CRP-09: Cândido Renato Alves de Oliveira e Wadson Arantes
35 Gama; CRP-10: Jureuda Duarte Guerra e Maria Eunice Figueiredo Guedes; CRP-11:
36 Emilie Fonteles Boesmans e Nagela Natasha Lopes Evangelista; CRP-12: Ana Clara da
37 Rocha, Pedro Augusto Croce Carlotto e Ana Claudia Lawless; CRP-13: Carla de
38 Sant'ana Brandão Costa e Francisca Soraia Patriota Soares; CRP-14: Marilene Kovalski
39 e Patrícia Ferreira de Lima; CRP-15: Mauricio Luiz Marinho de Melo e Tamires Ferreira

¹ No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritas', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.

40 de Assis Silva; CRP-16: Edireusa Fernandes Silva e Robertta Steffanya Fernandes
41 Queiroz; CRP-17: Andreína da Silva Moura e Rafael Ribeiro Filho; CRP-18: Gabriel
42 Henrique P. de Figueiredo e Sheila Carla de Queiroz Gomes; CRP-19: Naldson Melo
43 Santos; CRP-20: Lígia Maria Duque J. de Assis e Silmara de Souza Dias; CRP-21:
44 Juliana Barbosa Dias Maia; CRP-22: Rosana Mendes Éleres de Figueiredo; CRP-23:
45 Tássio de Oliveira Soares; CRP-24: Cleibson André Nunes Torres e Lucyana Oliveira
46 de Melo Gomes. CFP: Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega, Fabián Javier Marín
47 Rueda e Norma Celiane Cosmo. Norma Celiane Cosmo (CFP) abre sua fala rendendo
48 uma homenagem aos mortos pelo COVID-19 no Brasil. Norma inicia o ponto
49 informando que na quarta-feira, dia vinte e sete de maio de dois mil e vinte, houve uma
50 reunião com os tesoureiros e que depois dessa reunião foi preparado um material para
51 essa APAF. Norma relembra que, conforme o artigo sexto da Lei 5.766/1971, compete
52 ao Conselho Federal aprovar o valor das anuidades, taxas, emolumentos e multas
53 devidas pelas profissionais aos Conselhos Regionais, a que estejam jurisdicionadas. Ela
54 relembra ainda que segundo a lei 12.514/2011, os valores das anuidades serão
55 reajustados de acordo com a variação integral do Índice Nacional de Preços ao
56 Consumidor - INPC, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -
57 IBGE, ou pelo índice oficial que venha a substituí-lo. Norma informa que houve um
58 INPC acumulado de 2,46% (dois por cento e quarenta e seis centésimos percentuais), de
59 maio de dois mil e dezenove a abril de dois mil e vinte. Ela exemplifica que o teto da
60 anuidade de pessoa física em dois mil e vinte é de R\$ 666,40 (seiscentos e sessenta e
61 seis reais e quarenta centavos), que com o reajuste de 2,46% (dois por cento e quarenta
62 e seis centésimos percentuais), passará a ser R\$ 682,79 (seiscentos e oitenta e dois reais
63 e setenta e nove centavos) em dois mil e vinte e um. Já o Fundo de Seções que é de R\$
64 6,79 (seis reais e setenta e nove centavos) em dois mil e vinte, com o reajuste de 2,46%
65 (dois por cento e quarenta e seis centésimos percentuais), passará a ser de R\$ 6,96 (seis
66 reais e noventa e seis centavos) em dois mil e vinte e um. Norma também apresenta o
67 teto de anuidade para pessoa jurídica, que é estabelecido conforme seu capital social,
68 sendo por exemplo pessoas jurídicas com capital social de até R\$ 50.000,00 (cinquenta
69 mil reais), em dois mil e vinte tinha o teto de R\$ 756,34 (setecentos e cinquenta e seis
70 reais e trinta e quatro centavos) que passará a ser em dois mil e vinte e um, R\$ 774,95
71 (setecentos e setenta e quatro reais e noventa e cinco centavos), após reajuste
72 anteriormente mencionado. Norma destaca que o Fundo de Seções para dois mil e vinte
73 um, no valor de R\$ 6,96 (seis reais e noventa e seis centavos), já está incluído no valor
74 reajustado. Norma relembra que uma vez anunciada a atualização monetária, o próximo
75 passo será a elaboração do orçamento de dois mil e vinte e um, pelos Conselhos
76 Regionais de Psicologia, com base no Manual de Procedimentos Administrativos e
77 Financeiros, Resolução CFP 20/2020, que consiste na organização do plano de trabalho
78 com base na receita estimada. Norma comenta que foi idealizada pela diretoria do CFP
79 a realização de uma Oficina para a elaboração dos planejamentos orçamentários. Norma
80 informa que as datas pensadas foram dias dezesseis e dezessete de junho ou vinte e três
81 e vinte e quatro de junho de dois mil e vinte. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega

1 No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritas', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.

(CFP) ressalta que esse ponto tem duas deliberações, a de aprovar, ou não, a realização
83 dessa Oficina proposta considerando a primeira data sugerida, uma vez que a segunda
84 data coincide em dias de feriado no nordeste do Brasil e o congelamento, ou não, do teto
85 da anuidade. Tássio de Oliveira Soares (CRP-23) questiona como funciona o aumento
86 do Fundo de Seções e se existe a possibilidade de não aumentar o seu valor. Cleibson
87 André Nunes Torres (CRP-24) pondera que todos os regionais fazem parte de um
88 sistema, e aponta para a necessidade de se refletir o momento que o mundo está
89 passando. Ele destaca que o Governo Federal congelou os aumentos salariais e
90 realização de concursos e convida todas a fazerem essa reflexão, no sentido de o Sistema
91 Conselhos, numa decisão conjunta, congelar as anuidades e não implantar o aumento
92 em dois mil e vinte e um, considerando o impacto que isso pode ter na categoria nesse
93 momento. Rodrigo Toledo (CRP-06) compartilha que na reunião de tesoureiros,
94 realizada no dia vinte e sete de maio de dois mil e vinte, foi bastante discutida essa
95 preocupação do impacto que o aumento da anuidade teria na categoria, frente ao atual
96 cenário brasileiro. Ele também convida todas a refletirem sobre isso, porém destaca que
97 a definição do teto da anuidade precisa ser feita nessa assembleia, e que essa discussão
98 precisará ser feita hoje, e não na oficina. Maria Eunice Figueiredo Guedes (CRP-10)
99 comenta que ela participou da reunião de tesoureiros no dia vinte e sete de maio de dois
100 mil e vinte, e registra que as falas feitas anteriormente vão ao encontro às preocupações
101 debatidas naquela reunião. Ela convida a todos para pensarem nessa decisão,
102 congelamento do teto das anuidades, enquanto Sistema. Yghor Queiroz Gomes (CRP-
103 04) reforça a importância da realização dessa oficina, proposta anteriormente, e destaca
104 que o seu regional já tinha essa proposta de aumento zero nas anuidades de dois mil e
105 vinte e um. Pedro Braga Carneiro (CRP-08) comenta que, para eles, soa de muito bom
106 tom adotar a medida de aumento zero nas anuidades de dois mil e vinte e um,
107 considerando o contexto atual e suas repercussões. Além disso, ele propõe que seja
108 alterado o artigo 71 da Resolução 01/2012, que versa sobre a possibilidade de os
109 regionais aplicarem descontos em situações específicas para as psicólogas, incluindo um
110 novo artigo que dê liberdade para os regionais de conceder outros tipos de desconto,
111 uma vez que a realidade de cada regional é única. Outra proposta seria a inclusão de
112 novos casos de isenção de pagamento de anuidades, mencionadas do artigo 17, resolução
113 01/2012, considerando as condições sociais e raciais das Psicólogas, como por exemplo
114 para aquelas recém formadas advindas de universidades públicas ou que tenham se
115 formado dentro da concessão de cotas, democratizando o acesso ao Sistema Conselhos.
116 Norma (CFP) explica que o Fundo de Seção foi um regramento criado dentro do Sistema
117 Conselhos, pensando no desenvolvimento e avanços das seções, e que por isso ele se
118 agrega à anuidade. A delegada registra ainda que tudo o que foi posto previamente nas
119 falas das delegadas foi ponderado nas reuniões anteriores que debateram esse assunto,
120 inclusive considerando essas diferenças entre regionais. Norma destaca que exatamente
121 em função dessas diferentes realidades, foi elaborada a proposta da oficina. Norma
122 elucida que antes de se pensar em reduzir o repasse do Fundo de Seções ao CFP, existe
123 a necessidade de se rediscutir os projetos de todo o Sistema Conselhos. A delegada

¹ No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritis', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.

ressalta que o Sistema precisa estar vivo, inclusive financeiramente, para que os projetos aprovados em APAF sejam concretizados. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) registra, às dez horas e vinte e um minuto que as delegadas Jureuda Guerra do CRP dez e Silmara de Souza Dias do CRP vinte se conectaram à assembleia, totalizando cinquenta e cinco delegadas nesse momento. Rafael Bonassa Faria, Assessor Jurídico do CFP, explica que não é possível discutir o valor de anuidade sem ter um planejamento orçamentário, e que somente é possível decidir pelo reajuste, ou não, da anuidade, a partir de um diagnóstico muito efetivo da saúde financeira do regional. Assim, sob o ponto de vista objetivo, em relação às anuidades, foi criada a Lei 12.514/2011, para preencher a lacuna da ausência de previsão legal de valores e reajustes das anuidades. Ele destaca que se houver um consenso de todos os regionais na APAF a respeito do não reajuste das anuidades, isso pode ser feito, mas lembra a autonomia administrativa e financeira resguardada a cada regional, e ainda incita uma reflexão bastante importante, a avaliação de se todos os regionais conseguem sobreviver financeiramente, de acordo com seu planejamento orçamentário, sem ter reajuste. Ele ratifica sua fala, de que não há impedimentos ou problemas jurídicos no caso da decisão de não reajustar a anuidade, e destaca que essa é mais uma decisão financeira e contábil. Em relação à proposta do delegado Pedro Braga Carneiro do CRP-08, para a ampliação dos dispositivos de isenção e descontos nas anuidades, Rafael Bonassa destaca que não há impedimento legal, mas lembra a necessidade de se ter sólidos argumentos técnicos, além de considerar os elementos como receitas e despesas e seus impactos nos cinco anos de vida da autarquia, considerando especialmente os termos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Mailson Santos Pereira (CRP-03) questiona qual é o posicionamento do CFP em relação ao aumento do Fundo de Seções, se irá manter seu aumento. Ele sugere ainda, que seja feita uma reflexão inversa, ou seja, avaliar as ações já previstas verificando o que pode ser cortado a fim de gerar economia para os regionais, no sentido de conseguir cumprir o planejamento financeiro já estabelecido. Fabiane Konowaluk Santos Machado (CRP-07) comenta que seu regional vem acompanhando mensalmente as receitas e despesas programadas. Ela ressalta que para o orçamento de dois mil e vinte, existem muitas despesas planejadas que não serão executadas e outras novas despesas que não haviam sido planejadas. Para ela, seu CRP fechará dois mil e vinte com superávit, mas não muito real, pois a arrecadação ainda é imprevisível. A delegada sugere que na oficina para construção do Planejamento Orçamentário seja feita a reflexão da possibilidade de utilização desse superávit para a suplementação das despesas ordinárias dos regionais. Fabiane sugere ainda que, mesmo não sendo presencial, possa-se criar mecanismos de ressarcimento para despesas efetivadas por representantes do Sistema Conselhos, a fim de garantir a participação desses representantes nos espaços em que o Sistema circula. Tássio de Oliveira Soares (CRP-23) pondera as ameaças que tem aparecido nesse momento, tanto das iniciativas legislativas quanto das incertezas financeiras, e apoia a manutenção da anuidade sem o aumento, criando empatia e simpatia com a categoria. Ele sugere que o Sistema Conselhos trabalhe com esquema de justiça tributária e questiona se existe a possibilidade de se congelar o aumento do

¹ No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritesas', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.

Fundo de Seções. Jureuda Duarte Guerra (CRP-10) comenta que nessa época de pandemia houve um aumento na quantidade de inscrições do seu regional, pois eles condicionaram a possibilidade do atendimento on line à efetivação da inscrição no regional. Ela comenta ainda que na última plenária do seu regional decidiu-se pelo reajuste salarial dos funcionários bem como apontaram para a decisão de reajustar a anuidade pelo índice do INPC. Pondera que, para ela, não existe a possibilidade de se cancelar o repasse do Fundo de Seções ao CFP, pois esse fundo é que garante a defesa das pautas de interesse do Sistema Conselhos. Ela sugere que primeiro seja feita a oficina orçamentária, e somente após ela, seja definido o aumento ou não da anuidade. Célia Mazza de Souza (CRP-08) relembra que a Lei 12.514/2011 não obriga a execução de um reajuste, mas sim apresenta uma referência de índice para o reajuste, que, se aplicado, é feito sobre o teto. A delegada sugere uma consulta aos regionais, para saber quais deles utiliza o teto máximo para saber se realmente existe a necessidade de se reajustar a anuidade. Ela destaca a importância de um bom planejamento orçamentário, bem como previsão de receitas, além de o cuidado na divulgação da notícia, do aumento ou não da anuidade, para ter um bom impacto na categoria. Célia ressalta ainda que a instância máxima deliberativa é a APAF e que a Oficina Orçamentária não é. Rafael Gonçalves de Santana e Silva (CRP-01) parabeniza a iniciativa da Oficina Orçamentária e sugere que todos façam um esforço em compreender e ser solidário à realidade de cada regional. Ele ainda parabeniza o zelo do Conselho Federal de Psicologia em relação a essa pauta e aponta a possível necessidade de realização de uma outra APAF antes de dezembro de dois mil e vinte, para daí retirar uma decisão sobre o aumento ou não da anuidade. Juliana Barbosa Dias Maia (CRP-21) registra que o seu regional apoia o congelamento da anuidade, apesar de já prever um impacto financeiro proveniente dessa decisão. A delegada acredita que dois mil e vinte e um será um ano de grande impacto financeiro, e por isso a ajuda mútua entre CFP e regionais será bastante importante. Para a Juliana, nessa oficina, quatro pontos devem ser discutidos em conjunto, pois tem influência direta no outro, sendo eles as anuidades, planejamento orçamentário, repasse ao CFP e ainda os projetos pensados para o Sistema Conselhos, inclusive repensando a execução de cada um deles. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) propõe alguns encaminhamentos: i) Emissão de uma resolução do Sistema Conselhos congelando o valor da anuidade para dois mil e vinte e um, já que existe um consenso entre os regionais; ii) Criação de um grupo de trabalho, para trabalhar nas alterações sugeridas pelo delegado Pedro Braga Carneiro (CRP-08), para a resolução 01/2012; iii) Aprovar, ou não, a realização da Oficina Orçamentária. Renan Vieira de Santana Rocha (CRP-03) pondera que a ideia da realização da Oficina Orçamentária é muito interessante, mas que sua real função cai por terra quando se entende que o espaço decisório do Sistema Conselhos é a APAF. Ele também registra que esse não é o momento de discutir sobre o repasse de dinheiro ao CFP, mas que essa é uma pauta que precisa ser debatida num segundo momento. Para o delegado, é importante pensar no congelamento da anuidade se pautando pelo cuidado com a categoria, e não pelo medo às iniciativas legislativas que estão em tramitação. Mauricio Luiz Marinho de Melo

1 No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscrites', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.

209 não, deve ser tomada na APAF e não ser estendida para uma outra instância. Ele defende
210 inclusive o congelamento do valor da anuidade, considerando o atual cenário do país. O
211 delegado propõe ainda uma reflexão, nessa oficina, a respeito dos repasses dos regionais
212 ao CFP, tratando os desiguais de maneiras individualizada, para ser debatido na APAF
213 de dezembro de dois mil e vinte. Cleibson André Nunes Torres (CRP-24) pede uma
214 explicação ao jurídico a respeito dos acórdãos do Tribunal de Contas da União - TCU.
215 O delegado relembra a necessidade de todos pensarem nas decisões como um sistema,
216 e não de forma individualizada. Ele sugere que a Oficina seja realizada e que após ela,
217 em uma nova APAF, seja tomada a decisão pela manutenção ou pelo aumento da
218 anuidade. Edireusa Fernandes Silva (CRP-16) comenta que considerando a apresentação
219 da arrecadação quadrimestral e ainda o registro da preocupação do CFP a respeito da
220 arrecadação baixa de alguns CRs, acredita ser precoce optar pelo congelamento, e sugere
221 que após oficina, onde haverá a apropriação da realidade financeira de cada um, cada
222 CR por meio de sua autonomia, faça ou não o aumento da anuidade. Carla de Sant'ana
223 Brandão Costa (CRP-13) registra que seu regional vem considerando todas as
224 dificuldades emergentes, derivadas da pandemia, e cogita o congelamento da anuidade.
225 Norma Celiane Cosmo (CFP) explica que CFP possui algumas atribuições, dentre elas
226 expor o cenário, para que a APAF tome suas decisões, por ser a instância deliberativa
227 do Sistema Conselhos. Norma evidencia a autonomia administrativa e financeira de cada
228 regional, considerando justamente a realidade de cada um, e pondera que a decisão da
229 APAF deve sim considerar o Sistema como um todo, mas não pode desconsiderar as
230 diferenças dos diversos regionais. A delegada registra que todas as sugestões feitas até
231 o momento foram acolhidas e serão inseridas na pauta da Oficina Orçamentária. Rafael
232 Bonassa Faria, Assessor Jurídico do CFP, destaca para a convergência das falas no
233 sentido de serem respeitadas as autonomias administrativas e financeiras de cada
234 regional, e relembra que é necessário ter em mente que, caso o Sistema decida pelo
235 congelamento, nenhum regional poderá voltar atrás posteriormente. Frente a isso, Rafael
236 destaca mais uma vez, a importância de um bom planejamento orçamentário. O assessor
237 ainda explica o que está escrito na Lei 12.514/2011, uma vez que algumas delegadas
238 levantaram dúvidas a respeito da obrigatoriedade, por esta lei, em aplicar o reajuste às
239 anuidades. Por fim ele ratifica que as determinações e o acórdão do Tribunal de Contas
240 da União estão suspensos e complementa que, na sua fala anterior, fez menção aos
241 princípios da administração pública, e frisa que eles devem ser aplicados cotidianamente
242 às ações dos conselhos, e lembra que os gestores respondem diretamente ao TCU no
243 caso de incorrências. Beatriz Borges Brambilla (CRP-06) registra que no regional de
244 São Paulo, foi estudado cautelosamente a possibilidade do congelamento das anuidades,
245 especialmente por empatia às condições que a categoria está passando, e destaca a
246 solidariedade aos demais CRs. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP)
247 relembra os objetivos desse ponto, que são estabelecimento do teto das anuidades, bem
248 como estabelecer o congelamento do teto das anuidades, e a necessidade de se formular
249 os encaminhamentos. Ela destaca que o CFP somente pode editar uma resolução se

1 No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritas', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.

251
252
253
254
255
256
257
258
259
260
261
262
263
264
265
266
267
268
269
270
271
272
273
274
275
276
277
278
279
280
281
282
283
284
285
286
287
288
289
290
291

houver um consenso dos vinte e quatro regionais. Célia Mazza de Souza (CRP-08) faz a proposta de que nessa APAF seja apenas encaminhado o congelamento do teto das anuidades para dois mil e vinte e um. Cândido Renato Alves de Oliveira (CRP-09) comenta que no seu entendimento, segundo a Lei 12.514/2011, não é possível abdicar do reajuste da anuidade, mas salienta que entende a dificuldade do momento que o país está passando. Maria Eunice Figueiredo Guedes (CRP-10) comenta que seu regional possui muitas dificuldades, e que eles já definiram em plenária o reajuste da anuidade e o dissídio dos funcionários, e manifesta sua preocupação em relação ao que vem sendo discutido nessa assembleia. Achilles Miranda Dias (CRP-05) pede que seja elucidada sua dúvida a respeito do que vem sendo discutido, se é o congelamento das anuidades ou do teto das anuidades, e relembra que, quem decide é a assembleia orçamentária. Ele classifica a tomada de decisão, pelo congelamento, como estar tolhendo essa instância democrática do Sistema Conselhos. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) explica que a discussão é pelo congelamento do teto da anuidade, sem a aplicação do índice de reajuste do INPC para dois mil e vinte e um. Pedro Paulo Bicalho (CRP-05) pontua que essa discussão só é de fato legítima caso algum regional já esteja utilizando o teto. Para ele, se nenhum regional estiver utilizando o teto máximo, toda essa discussão de congelar o teto não produz nenhum efeito real. Yghor Queiroz Gomes (CRP-04) reflete que a discussão se debruça sobre o congelamento do teto da anuidade, para a partir daí, na oficina orçamentária, todo o sistema entrar num consenso e fazer a tomada de decisão comum do sistema. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) elucida mais uma vez que essa discussão toda é para determinar o congelamento, ou não, do teto da anuidade para dois mil e vinte e um. Ana Sandra pede uma nova explicação ao assessor jurídico do CFP a respeito da possibilidade de não aplicação do reajuste ao teto máximo, sob a ótica da Lei 12.514/2011. Rafael Bonassa Faria elucida que na Lei 12.514/2011, nos parágrafos primeiro e segundo do artigo sexto, fica explícito que tanto o valor das anuidades, descontos, critérios de isenção, regras de recuperação de crédito e regras de parcelamento serão estabelecidos pelos respectivos conselhos federais. Para o assessor, mesmo constando no parágrafo primeiro que as anuidades “serão” reajustadas, se o reajuste fosse compulsório, não existiria o artigo segundo, que passa ao conselho o poder de decisão. Respondendo à consulta do Cândido Renato Alves de Oliveira (CRP-09), Rafael (CFP) explica que pode existir a não aplicação, desde que fundamentada na saúde financeira do regional. Ele ainda relembra que todo ato jurídico e administrativo deve ser fundamentado, e um próximo reajuste não pode ser feito acumulado, mas sim apenas sobre a mensalidade do ano anterior. Renata Campos Mendonça (CRP-08) comenta que ela entende que esse é um movimento bastante importante, e que deve partir do CFP, propondo o congelamento do teto, e que apenas os regionais que não conseguirem fazer a manutenção do valor da anuidade, faça o reajuste a partir de sua situação financeira. Emmila Di Paula Carvalho dos Santos (CRP-03) pede que seja feito um encaminhamento do ponto, já que estão discutindo há muito tempo e o coletivo não está avançando para um consenso. A delegada propõe que cada regional defina, conforme sua autonomia, o congelamento ou não do teto da anuidade,

1 No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritis', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.

293
294
295
296
297
298
299
300
301
302
303
304
305
306
307
308
309
310
311
312
313
314
315
316
317
318
319
320
321
322
323
324
325
326
327
328
329
330
331
332
333

de acordo com sua realidade financeira e nas suas especificidades, publicizando essa decisão de forma que a categoria entenda a real motivação. Cleibson André Nunes Torres (CRP-24) registra que desde o início da pandemia o Sistema Conselhos se uniu para tomar decisões e ações em conjunto, e a proposta do congelamento veio nesse sentido, de todos tomarem uma decisão conjunta para todo o Sistema. Cândido Renato Alves de Oliveira (CRP-09) propõe que seja respeitada a autonomia administrativa e financeira de cada regional, e que eles possam decidir pelo congelamento, ou não, do teto das anuidades. Pedro Paulo Bicalho (CRP-05) explica que sua fala anterior foi no sentido de refletir sobre a discussão que vinha sendo feita, especialmente sobre o fato de que se nenhum regional está utilizando o teto, o fato de congelar ou não o teto, não traria nenhum efeito para os regionais, e demonstra sua solidariedade à importância da discussão e da construção coletiva. Maria Eunice Figueiredo Guedes (CRP-10) elucidou que seu regional tinha uma data para cumprir e para estabelecer o dissídio coletivo, por isso eles o fizeram. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) encaminha o ponto para votação, e ressalta que de acordo com as falas, entende que não há um consenso entre os regionais para a aplicação do congelamento do teto das anuidades. Frente a isso, ela apresenta as propostas, conforme sugestões feitas pelas delegadas. Proposta 1: Manutenção do teto atual de dois mil e vinte para ser aplicado em dois mil e vinte e um. O valor das anuidades será definido pelos próprios regionais, em atenção à autonomia, devendo ser respeitado, no entanto, o teto. Proposta 2: Realizar o reajuste ao teto das anuidades, conforme índice do INPC. **Encaminhamento:** proposta número um venceu por unanimidade, tendo 55 votos a favor, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Em relação à Oficina Orçamentária, ficou definido, por consenso das delegadas o que segue. **Encaminhamento:** A oficina será realizada com a participação dos tesoureiros e de um servidor técnico de cada regional para tratar da elaboração dos orçamentos e fazer uma análise da conjuntura e de seus efeitos econômicos no Sistema. Ficou definida a data de dezenove e vinte de junho de dois mil e vinte. Por consenso de todas delegadas, será criado um grupo de trabalho para estudar as possíveis alterações da Resolução 11/17, artigo 71, ampliando a permissão aos regionais para a aplicação de outros descontos e parcelamentos e a adequação da Resolução 01/12, artigo 17, ampliando a isenção para recém-formado em sistema de cotas ou FIES e congêneres. **Encaminhamento:** Por consenso ficou definido que os participantes desse GT, denominado GT das Anuidades, serão: CFP: Norma Celiane Cosmo; Região Centro-Oeste: será representada pelo regional 09; Região Norte: será representada pelos regionais 10 e 20; Região Nordeste: será representada pelos regionais 03 e 22; Região Sul: será representada pelo regional 08; Região Sudeste: será representada pelo regional 06. **Ponto 2: ELEIÇÕES 2022.** Participaram do ponto: CRP-01: Rafael Gonçalves de Santana e Silva e Thessa Guimarães; CRP-02: Alda Roberta Lemos C. Boulitreau, Larissa de Melo Farias e Norma Maria de Sousa Cassimiro; CRP-03: Emmila Di Paula Carvalho dos Santos, Mailson Santos Pereira e Renan Vieira de Santana Rocha; CRP-04: João Henrique Borges Bento, Lourdes A. Machado e Yghor Queiroz Gomes; CRP-05: Achilles Miranda Dias, Mônica Valéria Affonso Sampaio e Pedro Paulo Gastalho de

Handwritten signatures and notes in blue ink on the right margin, including names like 'Aldi', 'Dolly', 'Cândido', 'Ana Sandra', 'Norma', 'Larissa', 'Emmila', 'João', 'Lourdes', 'Yghor', 'Achilles', 'Mônica', 'Pedro'.

Handwritten signature in blue ink on the left margin.

1 No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritis', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.

335 Bicalho; CRP-06: Beatriz Borges Brambilla, Ivani Francisco de Oliveira e Rodrigo
336 Toledo; CRP-07: Ana Luiza de Souza Castro, Fabiane Konowaluk Santos Machado e
337 Pedro José Pacheco; CRP-08: Célia Mazza de Souza, Pedro Braga Carneiro e Renata
338 Campos Mendonça; CRP-09: Cândido Renato Alves de Oliveira e Wadson Arantes
339 Gama; CRP-10: Jureuda Duarte Guerra e Maria Eunice Figueiredo Guedes; CRP-11:
340 Emilie Fonteles Boesmans e Nagela Natasha Lopes Evangelista; CRP-12: Ana Clara da
341 Rocha, Pedro Augusto Croce Carlotto e Ana Claudia Lawless; CRP-13: Carla de
342 Sant'ana Brandão Costa e Francisca Soraia Patriota Soares; CRP-14: Marilene Kovalski
343 e Patrícia Ferreira de Lima; CRP-15: Mauricio Luiz Marinho de Melo e Tamires Ferreira
344 de Assis Silva; CRP-16: Edireusa Fernandes Silva e Robertta Steffanya Fernandes
345 Queiroz; CRP-17: Andreína da Silva Moura e Rafael Ribeiro Filho; CRP-18: Gabriel
346 Henrique P. de Figueiredo e Sheila Carla de Queiroz Gomes; CRP-19: Naldson Melo
347 Santos; CRP-20: Lígia Maria Duque J. de Assis e Silmara de Souza Dias; CRP-21:
348 Juliana Barbosa Dias Maia; CRP-22: Rosana Mendes Éleres de Figueiredo; CRP-23:
349 Tássio de Oliveira Soares; CRP-24: Cleibson André Nunes Torres e Lucyana Oliveira
350 de Melo Gomes. CFP: Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega, Fabián Javier Marín
351 Rueda e Norma Celiane Cosmo. Norma Celiane Cosmo (CFP) explica que, conforme
352 apontado pelas Comissões Eleitorais de dois mil e dezenove, se faz necessária a revisão
353 do Regimento Eleitoral para o próximo pleito do Sistema Conselhos. Ela destaca que
354 esse ponto foi pautado para essa reunião em função do Artigo 66 do Regimento Eleitoral,
355 que prega que ele não poderá sofrer alteração pelo período de um ano antes das eleições,
356 o que traz à tona a necessidade urgente de se estabelecer o grupo de trabalho para essa
357 finalidade. **Encaminhamento:** ficou definida a composição do GT, denominado
358 Eleições 2022, pelos integrantes: CFP: Rodrigo Acioli; Região Centro-Oeste: será
359 representada pelo regional 14; Região Norte: será representada pelos regionais 23 e 24;
360 Região Nordeste: será representada pelos regionais 03 e 11; Região Sul: será
361 representada pelo regional 07 e Região Sudeste: será representada pelo regional 04. Ana
362 Sandra finaliza a reunião agradecendo todas as servidoras que estão trabalhando nessa
363 assembleia e também a participação de todos os regionais, especialmente por esse
364 movimento colaborativo que esse grupo tem demonstrado. Os trabalhos foram
365 encerrados às treze horas. Esta Ata foi revisada por Fabián Javier Marín Rueda,
366 Conselheiro Secretário do Conselho Federal de Psicologia. Nada mais havendo a tratar,
367 a referida Ata foi lida e assinada por todos os presentes acima nomeados e
referenciados.

[Handwritten signatures and notes on the right margin]
Norma Celiane Cosmo
Pedro Braga Carneiro
Rosana Mendes Éleres de Figueiredo
Lúcia Barbosa
Lucyana Oliveira

[Handwritten signatures and notes at the bottom of the page]
Norma Celiane Cosmo
Fabián Javier Marín Rueda
Rodrigo Acioli
Célia Mazza de Souza
Naldson Melo Santos
Lucyana Oliveira
Rosana Mendes Éleres de Figueiredo
Tássio de Oliveira Soares
Cleibson André Nunes Torres
Edireusa Fernandes Silva
Robertta Steffanya Fernandes
Mauricio Luiz Marinho de Melo
Tamires Ferreira de Assis Silva
Gabriel Henrique P. de Figueiredo
Sheila Carla de Queiroz Gomes
Naldson Melo Santos
Lígia Maria Duque J. de Assis
Silmara de Souza Dias
Juliana Barbosa Dias Maia
Rosana Mendes Éleres de Figueiredo
Tássio de Oliveira Soares
Cleibson André Nunes Torres
Lucyana Oliveira
de Melo Gomes

1 No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritis', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.